



Educação Inclusiva no Sistema Colégio Militar¹: Refletindo sobre a importância de ações interdisciplinares e intersetoriais

Inclusive Education in the Military College System: Reflecting on the importance of interdisciplinary and intersectoral actions

Por: Sabrina Celestino*

Resumo

Publicada em 2008 pelo Ministério da Educação, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva aponta como objetivo: o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência entre outros, nas escolas regulares destacando, as garantias a serem atendidas pelos sistemas de ensino, dentre as quais está a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. Ao realizar este destaque, a referida normativa compreende a incompletude das políticas sociais e reconhece a impossibilidade de apenas uma esfera e/ou uma área do conhecimento lidar com as necessidades dos indivíduos e dentre estes, dos sujeitos descritos como público-alvo de suas ações. Sendo assim, o presente artigo se propõe a refletir sobre a educação na perspectiva inclusiva tendo por foco, a implementação deste processo no Sistema Colégio Militar do Brasil vinculado ao Exército brasileiro. Com as elaborações que seguem intencionamos propor algumas reflexões sobre a interdisciplinariedade e a intersetorialidade, premissas, que a nosso ver, podem contribuir de forma considerável com o processo pioneiro, que vem sendo implementado junto aos Colégios Militares sediados em todo o Brasil, ratificando assim, o direito de acesso e permanência à política pública de educação garantida legalmente à todas as crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Colégio Militar, Educação Inclusiva, Interdisciplinariedade, Intersetorialidade

Abstract

Published in 2008 by the Ministry of Education, the National Policy on Special Education in the Inclusive perspective aims as objective: access, participation and learning of students with disabilities among others, in regular schools highlighting the guarantees to be met by the education systems, Among which is the intersectoral articulation in the implementation of public policies. In making this standpoint, the aforementioned regulations include the incompleteness of social policies and recognize that it is impossible for only one sphere and / or one area of knowledge to deal with the needs of individuals and among them, the subjects described as the target audience of their actions. Therefore, the present article proposes to reflect on education in an inclusive perspective, focusing on the implementation of this process in the Military College System of Brazil linked to the Brazilian Army. With the elaborations that follow, we intend to propose some reflections on interdisciplinarity and intersectorality, premises that, in our view, can contribute considerably to the pioneering process that has been implemented with the Military Colleges headquartered throughout Brazil, thus ratifying, The right of access and permanence to the public education policy legally guaranteed to all children and adolescents.

Keywords: Military College, Inclusive Education, Interdisciplinarity, Intersectorality

¹ O sistema de ensino do Exército brasileiro é fundamentado pela Lei nº. 9.786 de 8 de fevereiro de 1999. Segundo o Regulamento dos Colégios Militares (R-69), atualizado por meio da portaria 042/2008, os CM integram o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), que é um dos subsistemas do Sistema de Ensino do Exército. O SCMB atualmente é composto por 13 Colégios: - Colégio Militar de Belém (CMBel), Colégio Militar de Belo Horizonte (CMBH); Colégio Militar de Brasília (CMB); Colégio Militar de Campo Grande (CMCG); Colégio Militar de Curitiba (CMC); Colégio Militar de Fortaleza (CMF); Colégio Militar de Juiz de Fora (CMJF); Colégio Militar de Manaus (CMM); Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA); Colégio Militar de Recife (CMR); Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ); Colégio Militar de Salvador (CMS) e; Colégio Militar de Santa Maria (CMSM).

*Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2008), mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2011), doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2015). Professora Adjunta do Centro de Estudos de Pessoal do Exército e Forte Duque de Caxias e pesquisadora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI).



INTRODUÇÃO

A construção que segue refere o esforço de pesquisa, análise e produção de conhecimento, sobre a gestão e execução de ações inscritas como políticas públicas desenvolvidas, no interior das diferentes Forças Militares brasileiras. Como foco de nossa análise destacamos, o esforço por refletir sobre o direito à educação de crianças e adolescente, por meio do processo de implementação da educação inclusiva nos Colégios Militares considerando como essencial, a apropriação das perspectivas interdisciplinar e intersetorial.

O despertar para as elaborações que constam no presente trabalho é fruto da experiência obtida enquanto pesquisadora empenhada, na análise das políticas públicas destinadas para crianças e adolescente sendo esta aprofundada, pelo exercício do Magistério Superior, como professora e pesquisadora junto ao Centro de Estudos de Pessoal do Exército e Forte Duque de Caxias.

O tema da educação inclusiva e sua implementação no Sistema Colégio Militar do Brasil tem se apresentado no cotidiano de trabalho na instituição de ensino superior acima referida, considerando a aproximação junto aos alunos matriculados nos cursos Lato Sensu de Psicopedagogia e Coordenação Pedagógica, os quais ao concluírem a formação serão alocados nas diversas organizações militares de ensino vinculadas ao Exército Brasileiro e dentre estas, nos Colégios Militares sediados em todo o Brasil, instituições estas, que possuem como demanda crescente, a incorporação de crianças e adolescentes com deficiência e/ou com necessidade educativas especiais.

Para a abordagem do tema utilizamos como recurso a pesquisa bibliográfica buscando nos aproximar, dos aportes teóricos que fundamentam o estudo da educação especial e inclusiva, bem como, sua relação na formação e ensino no SCMB. Aliado a isto recorreremos à pesquisa documental junto às normativas e legislações conservadas como fontes históricas buscando compreender tanto, a gênese e o desenvolvimento da modalidade de educação especial no Brasil e sua fundamentação recente à perspectiva inclusiva, quanto à particularidade da formação e exercício do Sistema Colégio Militar do Brasil.

Buscando oferecer concretude às reflexões propostas neste artigo, para além da pesquisa bibliográfica e documental, vimos investindo em aproximação sistemática junto ao órgão gestor do ensino preparatório e assistencial do Exército Brasileiro,



intencionando apreender sobre a trajetória de implementação da educação inclusiva nos Colégios Militares, bem como, sobre os avanços, limites e desafios enfrentados neste processo.

COLÉGIO MILITAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: TRAJETORIA HISTÓRICA E PREMISSAS PARA A ANÁLISE

30

A relação entre educação inclusiva e Colégios Militares apesar de ser expressa num período recente, quando estas organizações militares de ensino passam a absorver crianças e adolescentes com deficiência e/ou necessidades educativas especiais, refere em verdade, uma vinculação histórica que fundamenta o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes no Brasil.

Reportando em especial o ano de 1889, no bojo de promulgação da República dos Estados Unidos do Brasil, verificamos a criação das primeiras normativas, instituições e ações destinadas às crianças e adolescentes, e entre estas, as ações referidas como de assistência e proteção direcionadas pelo Estado brasileiro, mas que mantinham articulação estreita com as ações caritativas e, sobretudo, filantrópicas, tal como nos ensina Rizzini (2008).

Neste período os esforços da república recém criada voltavam-se para os chamados “menores”, crianças e adolescentes rebatidos pelos efeitos da pobreza e/ou pelas mazelas presentes no modelo de sociedade inscrita na realidade nacional do período, que referia profundas transformações sustentadas, pela discurso de modernização, superação do atraso relacionado as bases feudais e coloniais, o estímulo aos processos de industrialização e urbanização e o ingresso no modo de produção e vida capitalista referenciado em escala global.

Neste contexto, se a salvação da criança referia instantaneamente a salvação da pátria, um conjunto de normativas, instituições e ações foram produzidos no sentido de reafirmar a proteção social. É inscrito neste processo, que em 1889 por meio do Decreto 10.202 é criado no Rio de Janeiro, o Imperial Colégio Militar destacado como “*um instituto de instrução e educação militar, destinado a receber, gratuitamente, os filhos dos officiaes effectivos, reformados e honorarios do Exercito e da Armada; e, mediante contribuição pecuniaria, alumnos procedentes de outras classes sociaes*”(BRASIL, Decreto 10.202/1889).



Ratificando o esforço de amparo e assistência aos chamados “filhos da pátria”, o Imperial Colégio Militar fora criado tendo por finalidade formar os alunos para a profissão das armas almejando o ingresso destes nas Escolas Superiores Militares, atendendo assim, a um duplo objetivo, o de garantir instrução e educação aos meninos, considerados o futuro da nação e por outro lado fundamentar os signos de formação e proteção à pátria².

O caráter assistencial destacava, que dentre os requisitos de instrução mínima e saúde plena, o ingresso na instituição de ensino militar deveria obedecer uma ordem de preferência qual seja: “§ 1º Os orphãos de pae e mãe: a) filhos de officiaes effectivos do Exercito e da Armada; b) filhos de officiaes reformados do Exercito e da Armada; c) filhos de officiaes honorarios do Exercito e da Armada”. (BRASIL, Decreto 10.202/1889).

A compreensão de que a particularidade do exercício da profissão militar poderia oferecer rebatimentos, ao processo de ensino de crianças e adolescentes filhos e/ou dependentes de militares contribuía, para justificar que as crianças e adolescentes oriundas de famílias com esta tradição, demandariam atenção específica, em especial, em consequência do risco e/ou do fato de morte e/ou acidente em serviço ou em combate dos militares, que naquele contexto de sociedade, se constituíam como provedores das famílias.

Em se tratando das crianças e adolescentes com deficiência consideramos importante destacar, que a prestação de assistência e proteção em seu atendimento fora desenvolvido no Brasil, ainda sob o período imperial, pelas Santas Casas de Misericórdia. Quanto às crianças e adolescentes com deficiência visual fora criado ainda sob o governo imperial, pelo Decreto 1.428 de 1854, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, (atual Instituto Benjamin Constant) tendo por fim “*A instrucção primaria; a educação moral e religiosa; o ensino de musica, o de alguns ramos de instrucção secundaria, e o de officios fabris*”. (BRASIL, Decreto 1.428/1854)

No que concerne a deficiência auditiva, o atendimento às crianças e adolescentes fora desenvolvido pelo Imperial Instituto de Surdos Mudos (atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)) criado em 1857, pelo educador Francês Hernest Huet, o qual contribuiu inclusive, para o desenvolvimento da língua brasileira de sinais. Em se

² Para mais sobre a função de assistência e preparação vinculada ao Colégio Militar ver FREIRE (2015).



tratando das deficiências mentais, a transição para o respaldo público por seu cuidado fora fundamentado, pelo Decreto nº82 de 1841, que referenciou a construção do chamado Hospício Nacional dos Alienados (Hospício Dom Pedro II), no local que funciona hoje o Instituto de Psiquiatria da Universidade do Rio de Janeiro (IPUB). No interior do Hospício Nacional dos Alienados fora inaugurado em 1904, sob a égide da república, um pavilhão destinado às crianças com deficiência, o chamado Pavilhão Bourneville criado por meio da reorganização da Assistência aos Alienados disposta pelo Decreto 1.132/1903³.

Uma característica que marcou as instituições de ensino básico desde o período de sua criação, no início do século XX até por volta da década de 1980 é que estas eram compartimentalizadas por perfis, ou seja, escolas nas quais ingressavam apenas meninos⁴ e/ou escolas que atendiam crianças e adolescentes com deficiências específicas. A educação “especial” apesar de referenciar a defesa do direito universal de acesso e permanência à educação, durante um vasto período se deu de forma compartimentalizada e segregadora. Sendo assim, é este processo histórico de segregação e violação de direitos, que a educação especial na perspectiva inclusiva busca superar.

Outra característica histórica assumida pelas instituições de ensino refere-se ao regime de internato, o qual particularizou a educação básica nacional. A escola fora reconhecida historicamente no Brasil, como uma instituição total, que para além do ensino formal prestaria a formação moral e ainda, os cuidados de proteção física e de saúde. Durante séculos creditamos ao contexto escolar a capacidade, mas, sobretudo, o dever e a responsabilidade de educar, cuidar e proteger integralmente crianças e adolescentes.

Não é por acaso, que ainda hoje os atributos acima referidos permaneçam sendo creditados de forma tão enérgica à escola. Superar este “ranço histórico” e compreender, que a escola como representante do Estado educa, cuida e protege, mas que este dever também deve ser partilhado e apropriado pela família e por toda a sociedade, conforme

³Para mais acerca do das ações destinadas à crianças e adolescentes consideradas “alienadas mentais” vide o estudo de Da Silva, 2009.

⁴ O ingresso de crianças e adolescentes do sexo feminino nos colégios militares ocorreu apenas no final dos anos de 1980, mais precisamente em 1989. Vide <http://www.cmj.ensino.eb.br/index.php/conheca-o-cmj/historico-imperial>.



destacado na Lei 8.069 de 1990, que fundamenta o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Neste sentido, como premissas para refletirmos sobre o Sistema Colégio Militar e a perspectiva de educação inclusiva compreendemos, que é necessário que superemos o processo histórico de segregação “do diferente”, que todas as crianças apresentam características singulares e de fato aprendem de forma particular e que possuem o direito de acesso e permanência nas instituições de ensino. No entanto, é essencial considerar que a efetivação deste direito demanda ações amplas e que estas são de responsabilidade das unidades de ensino militar e logo, de seu órgão gestor, da família das crianças e adolescentes, mas não apenas.

INTERSETORIALIDADE E INTERDISCIPLINARIEDADE: CONTRIBUIÇÕES À EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO SCMB

A compreensão sobre a importância da articulação dos saberes no processo de ensino/aprendizagem aparenta ser fato consumado, nos debates inscritos na área da educação. Em diversos estudos científicos, bem como, expressas na política pública de educação, as práticas de ensino e as relações sociais estabelecidas entre os atores inscritos no contexto escolar (professores, demais profissionais da educação, alunos e familiares) estão fundamentadas na atuação, pela perspectiva interdisciplinar, ou seja, por meio do estabelecimento de relações entre duas ou mais disciplinas ou áreas do conhecimento.

O saldo positivo deste processo, a nosso ver está, na proposição de ações que buscam compreender o aluno, em especial, crianças e adolescentes, em sua complexidade projetando-o num contexto individual, mas também coletivo investindo em compreender sua subjetividade, mas igualmente partindo da análise de suas condições objetivas de vida, que rebatem sobre o processo de ensino/aprendizagem.

Em se tratado de alunos com deficiência e/ou com necessidades educativas especiais tais reflexões avançam ainda, no sentido de compreender as barreiras históricas, que culminaram em práticas de preconceito estigma e segregação, que violaram (e em alguns contextos ainda violam), seu direito de acesso e permanência à política pública de educação. Neste sentido, tendo por foco os Colégios Militares que integram o SCMB compreendemos, que a atuação que vai ao encontro da educação



especial fundamentada, pela perspectiva inclusiva demanda esforços de diferentes profissionais, vinculados às diversas áreas do conhecimento interligados por ações sistematizadas e articuladas.

Quando destacamos a importância de que tais ações refiram processos sistematizados e articulados vislumbramos, que estes compreendam aportes referenciados desde a normatização, com a previsão de diretrizes⁵, planos e projetos, mas que este referencial seja de fato posto em prática no cotidiano de trabalho influenciando, para a construção de relações coletivas entre os profissionais, buscando superar a compartimentalização do processo de ensino/aprendizagem investindo na sociabilidade do aluno junto à unidade de ensino.

A atuação dos profissionais vinculados às unidades ensino básico militar refere um contexto institucional particular, o ingresso de alunos com deficiência e/ou necessidades educativas especiais nestes espaços tem posto desafios concretos, que demandam investimentos para a adequação estrutural, de qualificação profissional, mas em muito, de estudo e pesquisa sobre uma demanda até então, não apropriada pelo SCMB. Sendo assim, a atuação no sentido interdisciplinar exige ainda, a superação do contexto institucional e a aproximação das experiências vivenciadas, em especial, em instituições civis. A articulação à rede de educação básica junto aos estados e municípios pode oferecer contribuições essenciais, para o intercâmbio de vivências e práticas de ensino pautadas pela perspectiva inclusiva podendo ainda, estender para as crianças, adolescentes e famílias, o acesso a serviços para além do contexto de ensino militar.

Reportando-nos a extensão do acesso às políticas e serviços entendemos como essencial tomar por norte, a perspectiva intersetorial. A Constituição Federal de 1988 fora o marco regulatório, que reconfigurou a gestão das políticas públicas sendo estas direcionadas, a partir de então, pela diretriz de descentralização político-administrativa e orientada à articulação intersetorial. A interlocução entre ações referenciadas em diferentes políticas públicas tais como saúde, educação e assistência social voltadas, à

⁵No que concerne ao referencial normativo que orienta o processo de implementação da educação especial na perspectiva da educação inclusiva no SCMB, podemos citar: a Portaria 098 de 13 de fevereiro de 2015, a qual aprova as normas para o ingresso de candidatos com necessidades educacionais especiais nos Colégios Militares e as Diretrizes Pedagógicas para a Educação Especial no SCMB 2015.



crianças e adolescentes pauta-se pelo princípio de atendimento integral, tal qual descrito no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A busca pela integralidade no atendimento demanda esforços no âmbito da gestão das diferentes políticas públicas setoriais, em meio a qual podem ser estabelecidos compromissos e ações conjuntas. Partindo deste princípio é que buscamos refletir sobre o processo de implementação da educação inclusiva nos SCMB, que vem sendo direcionado pela Diretoria de Ensino Preparatória Assistencial (DEPA), submetida ao Departamento de Ensino e Cultura do Exército (DECEX), o qual vem alcançando avanços efetivos no sentido de garantir o acesso e permanência de crianças e adolescentes com deficiência e/ou necessidades educativas especiais.

Compreendemos que para além das ações específicas desenvolvidas por esta diretoria de ensino, para o atendimento no sentido integral das crianças e adolescentes, que se constituem como público alvo da educação especial no SCMB seria essencial, o envolvimento de Diretorias como a de Saúde (DSAU) e de Assistência Social (DCIPAS), instâncias normativas e de gestão no âmbito do Exército Brasileiro, que podem contribuir de forma considerável para a proteção social dos meninos e meninas que aqui destacamos.

Apesar de gerido e normatizado pela DEPA o processo de inclusão demanda esforços intersetoriais considerando o fato, que as mesmas crianças e adolescentes que acessam os Colégios Militares são público-alvo das unidades de saúde militar e em situações precisas, podem ser demandatários de ações no âmbito da assistência social. A pactuação de ações intersetoriais e o planejamento de esforços conjuntos são atributos, que a nosso ver efetivam, não só a proteção das crianças e adolescentes, que se constituem como público-alvo da educação especial, mas interferem de forma evidente no bem-estar e qualidade de vida da família militar.

À GUIA DA CONCLUSÃO

Para a abordagem do tema buscamos elucidar que o processo de implementação da educação especial na perspectiva inclusiva no SCMB fundamenta-se, pelo esforço de garantir o direito de acesso e permanência à política de educação, mas que este processo para além dos órgãos gestores demanda esforços coletivos por parte dos profissionais



envolvidos, se estendendo igualmente às famílias das crianças e adolescentes inseridas nas unidades de ensino militar.

As premissas que embasam este trabalho buscam referir, que os esforços empreendidos em prol da implantação da educação inclusiva nos Colégios Militares têm sido desenvolvidos de forma sistemática, pela Diretoria de Ensino Preparatória Assistencial (DEPA), submetida ao Departamento de Ensino e Cultura do Exército (DECEX), no entanto, ainda que este percurso evidencie comprometimento profundo e avanços evidentes, entendemos que é de suma importância o emprego de ações, que superem o âmbito da educação. O atendimento as crianças e adolescentes com deficiência e/ou necessidades educativas especiais demanda esforços intersetoriais e o envolvimento efetivo de outras políticas sociais setoriais, tais como, saúde e assistência social é essencial.

A partir das elaborações destacadas pudemos concluir também, que para além do atendimento interno prestado no âmbito das políticas públicas propostas pelo Exército Brasileiro, as demandas das crianças e adolescentes com deficiência e necessidades educativas especiais devem provocar a rede de atendimento vinculada às instituições civis. Para isto, entendemos como importantíssima, a atuação de profissionais de diferentes áreas do conhecimento, tais como Educação, Psicologia, Serviço Social entre outras, que contribua para uma intervenção interdisciplinar, e intersetorial tendo por finalidade a efetivação de direitos, promoção e proteção das crianças, adolescentes público-alvo da educação especial.

Portanto, a construção ora em destaque, ainda que parta de um processo inicial de pesquisa, sobre o campo das políticas públicas nas forças militares e nestas, sobre as ações direcionadas pelo Exército Brasileiro, com destaque ao processo de implantação da educação especial no SCMB, intenta oferecer contribuições no sentido do resguardo da proteção social e bem-estar daqueles (militares e seus dependentes), que servem à instituição e à pátria.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto 82 de 12 de julho de 1841. Fundando um Hospital destinado privativamente para tratamento de Alienados, com a denominação de Hospício de Pedro Segundo.

_____. Decreto 1.428 de 12 de setembro de 1854. Cria o Imperial Instituto dos meninos cegos.

_____. Decreto 10.202 de 09 de março de 1889. Aprova o regulamento para o Imperial Colégio Militar.

_____. Decreto 1.132 de 22 de dezembro de 1903. Reorganiza a assistência aos alienados.

_____. Constituição Federal de 1988.

_____. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

_____. Lei n. 9.786 de 8 de fevereiro de 1999. Dispõe sobre o ensino no Exército e dá outras providências.

_____. BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. MEC; SEEP; 2008.

COMANDO DO EXÉRCITO. Departamento de Ensino e Pesquisa. Portaria 042 de 06 de fevereiro de 2008. Aprova o Regulamento dos Colégios Militares (R-69) e dá outras providências.

_____. Departamento de Educação e Cultura do Exército. Portaria 098 de 2015. Aprova as Normas para o Ingresso de Candidatos com Necessidades Educacionais Especiais nos Colégios Militares.

FREIRE, F.F. Assistência e preparação: Elementos para uma investigação sobre a função assistencial do Sistema Colégio Militar do Brasil. In FEITOSA, A.M.G e ABREU, T.T.V (Orgs). O Ensino da Leitura e da Escrita no Sistema Colégio Militar do Brasil V.1. Campinas : Pontes Editores, 2015.

RIZZINI, I. O século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil.- 2 ed. rev. São Paulo, Cortez, 2008.

SILVA, R.P da. Medicina, educação e psiquiatria para a infância: o Pavilhão-Escola Bourneville no início do século XX. In Rev. Latino americana de. Psicopatologia. Fundamental. São Paulo, v. 12, n. 1, p. 195-208, março 2009.